

Espelho fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*

Isabel Corrêa da Silva



Antes de passar a apresentação da obra queria apenas fazer umas brevíssimas considerações prévias. Em primeiro lugar agradecer à Universidade do Minho e em particular ao júri da edição de 2013 do Prémio (constituídos pelos professores Viriato Capela, António Pires Ventura, Maria Antónia Lopes), a atribuição do prémio Victor Sá de História Contemporânea 2013 à minha dissertação de doutoramento. Em segundo, cumprimentar os meus colegas Ismael Cerqueira Vieira e Tiago Brandão Mascarenhas de Azevedo pelas menções honrosas que o mesmo júri atribuiu às suas dissertações.

*Texto de apresentação do trabalho com o mesmo título que conquistou o PVSHC em 2013.

Naturalmente é para mim uma enorme honra receber este prémio, tanto pelo prestígio académico do seu fundador, professor Victor de Sá, e da instituição que o atribuiu, Universidade do Minho, como pela qualidade dos trabalhos que desde há 22 anos têm sido galardoadas com ele. Recebo-o com sincera alegria e responsabilidade.

Gostaria ainda apenas de dizer que este prémio não é só meu, mas também de todos aqueles que me auxiliaram na feitura desta tese. É também de todos colegas e professores do PIUDH (Programa Inter-Universitário de Doutoramento em História) e também, particularmente, do professor Rui Ramos, meu orientador. Já que esta tese é em muito devedora de tudo o que aprendi com o seu trabalho, com o nosso convívio académico e com o seu exemplo de independência e integridade intelectual.

Duas palavras de agradecimento são ainda também devidas à Comissão do Ano de Portugal do Brasil e do Brasil em Portugal e à Editora Divina Comédia que permitiram que esta dissertação se transformasse em livro.

O Espelho Fraternal: o lugar do Brasil no discurso político do republicanismo português (c.1889-c.1914)

O objectivo da tese de doutoramento consistiu em tentar perceber como, por que vias e em que modalidades é que o advento da implantação da República brasileira (1889) e o seu modelo político foram interpretados e incorporados no pensamento, no debate e no discurso dos republicanos portugueses desde o período da propaganda até aos primeiros momentos de consolidação jurídico-legal da I República portuguesa (c. 1911/1914).

O modelo concebido para a exploração desta problemática compreendeu sinteticamente três dimensões heurísticas:

1. Análise do discurso republicano em relação ao advento da república brasileira – seus protagonistas, eventos e progressos políticos.

2. Acompanhamento do processo de instrumentalização propagandística deste exemplo da *república irmã* em função de uma agenda política de contestação ao regime monárquico.
3. Reflexão sobre a incorporação do modelo brasileiro no debate político republicano, em particular depois de 1910.

Nesse sentido, para a exploração destas várias dimensões defini um roteiro de investigação que estruturou a tese em duas partes distintas. Uma primeira parte concentrada em acompanhar o discurso republicano português sobre o Brasil, em vários momentos: 1º) no período que separa a implantação da república brasileira (1889) e a intentona republicana de 31 de Janeiro de 1891; 2º) no período dos governos militares de Floriano Peixoto: destacando segundo levantamento da Armada brasileira (1893); 3º) mais panoramicamente no período da república brasileira desde 1898 até 1910 concentrando-me nas percepções portuguesas sobre os modelos políticos em disputa no seio do republicanismo brasileiro: democratismo elitista de Assis Brasil; autocracia positivista de Júlio de Castilhos; pacto oligárquico de Campos Sales; 4º) no período imediatamente após o 5 de Outubro de 1910, dando particular atenção ao debate em torno da Lei da Separação da Igreja do Estado e ao debate sobre os modelos de governação (presidencialismo *versus* parlamentarismo) na Assembleia Nacional Constituinte de 1911.

A segunda parte da tese, por sua vez, é dedicada à análise do papel da comunidade de emigrantes portugueses no Brasil nas dinâmicas discursiva e instrumental estudadas anteriormente. Para o efeito, preocupei-me essencialmente em: a) caracterizar social e culturalmente a elite desta comunidade. Integrando nesta classificação de elite os indivíduos com potencial de mobilização política e conseqüentemente produtores de discurso político; b) acompanhar o processo de engajamento político desta elite com o o projecto político de João Franco, a partir de 1906: os famosos *talassas*; c) perceber como é que os republicanos geriram este afecto monárquico dos portugueses emigrados no Brasil e como o tentaram contrariar por que meios: antes e depois da implantação da República em Portugal; d) compreender a acentuação desta dinâmica reaccionária depois do 5 de Outubro, quando os *talassas* se tornaram agentes pró-activos da contra-revolução e quando a I República teve de se dedicar seriamente a tentar apaziguar os ânimos conservadores destes emigrados ao mesmo tempo que os tentou conquistar para o seu projecto político.

Com efeito, reportando-me *grosso modo* à pergunta de partida, a investigação desenvolvida levou-me a concluir que embora tenha sido recorrentemente exaltado pela propaganda republicana portuguesa a seguir a 1889, o modelo da República Brasileira não foi objecto de análise consistente, nem propriamente de reflexão crítica, por parte dos republicanos portugueses. Salvaguardando algumas excepções (como foram o caso de Sampaio Bruno, de João Chagas ou de António Claro) no cômputo dos 21 anos que separam as duas repúblicas, e mesmo durante os primeiros momentos da I República Portuguesa, o exemplo brasileiro teve uma presença quase exclusivamente retórica no discurso político do republicanismo português; tendo, frequentemente, sido chamado à colação para fins demagógicos e propagandísticos ou para servir a instrumentalização de determinados debates (como foi o caso da Assembleia Nacional Constituinte de 1911).

Tentei analisar explicativamente esta conclusão geral a partir de quatro principais eixos interpretativos. A saber: 1) Republicanismo reformista *versus* republicanismo refundador; 2) Assincronia dos processos políticos; 3) Demagogia *versus* pedagogia; 4) O luso-brasileirismo como discurso político e a colónia portuguesa no Brasil.

1

Republicanismo reformista *versus* republicanismo refundador

A partir da década de 70 do século XIX, o republicanismo brasileiro havia conseguido reunir em seu torno quase todo o reformismo político do Império. Em grande parte devido ao facto da agenda de contestação se ter alicerçado na reivindicação descentralizadora – i.e. federalista. No Brasil, porque uma futura ordem republicana estava garantida por interesses sociais e económicos concretos, o reformismo político conseguiu emancipar-se da ordem imperial, cujo desmantelamento pôde, com efeito, parecer vantajoso a quase todos aqueles que ambicionavam reformas.

O reformismo português, pelo contrário, passou quase sempre por reforçar o voluntarismo do poder central na prossecução de uma agenda de reformas. Por isso, as dinâmicas de modernização social e política desenvolveram-se em círculos concêntricos em torno do Estado. Consequentemente, os partidos com agendas políticas progressistas mantiveram-se vinculados à ordem monárquica (Partido Progressista, Partido Regenerador Liberal). E a opção revolucionária captou sobretudo os radicais, que se foram gradualmente assumindo como procuradores de um projecto mais integral de modernização da sociedade portuguesa que pressupunha em certa medida um desmantelamento da ordem política do liberalismo.

Ora, a República Brasileira foi sobretudo um triunfo liberal. E revelou-se bem mais influenciada pelo liberalismo à americana do que pela tradição francesa. A ausência de um projecto laicizante à semelhança do francês reforça esta ideia.

A ascensão do republicanismo português em finais do século XIX é indissociável da noção de desgaste e decadência. Num ambiente cultural finissecular de abatimento, os republicanos portugueses tentaram monopolizar a centelha da imperiosa refundação nacional. A questão de regime serviu, essencialmente, de guarda avançada de um projecto cultural bem mais vasto e profundo que seguia de perto o messianismo da própria *ideia republicana em França* – a um tempo universalmente redentora e edificadora do Estado-nação francês.

2

Assincronia dos processos políticos

Os movimentos republicanos português e brasileiro seguiram também, temporalmente, rumos quase em contra-corrente um em relação ao outro. Se a República Portuguesa tivesse sido implantada a 31 de Janeiro de 1891 talvez não houvesse dúvidas em reconhecer a quota-parte do exemplo brasileiro nessa mudança política, já que é indiscutível que o Brasil teve um papel de relevo na campanha patriótica e anti-dinástica que se formou a seguir ao Ultimato e que conduziu à revolta republicana do Porto. A proposição de Luís de Magalhães que identificou a revolta do Porto como uma *sangrenta paródia do 15 de*

Novembro ajuda a reconhecer que no Portugal de 1891, para se reproduzirem os acontecimentos de 15 de Novembro faltavam algumas coisas. Faltava uma elite militar subversiva e confiante disposta a correr riscos. Faltava também um corpo social com poder suficiente para sustentar a nova ordem. Em Portugal não havia (como no Brasil tinham sido, por exemplo, os republicanos paulistas) uma elite de grandes proprietários ou industriais dispostos a entrar revolucionariamente na arena política em defesa dos seus interesses. Faltavam, enfim, chefias partidárias verdadeiramente decididas a seguir a via revolucionária.

Com efeito, num tempo em que em Portugal o PRP era ainda dominado pela geração dos doutrinários evolucionistas, o Brasil viveu os seus anos de maior radicalismo e instabilidade. Quando o regime brasileiro consolidou a sua estabilidade e conservadorismo, através da fixação do modelo político de Campos Sales (a partir de 1898), em Portugal uma nova geração revolucionária começou, de dia para dia, a ganhar projecção e assumir a liderança do movimento republicano.

Nas vésperas do 5 de Outubro de 1910 a distância que separava os republicanos portugueses dos brasileiros era provavelmente maior do que aquela que alguma vez havia separado as várias facções do espectro político português na segunda metade do século anterior.

Percebe-se que esta aparentemente inconciliável bipolarização de tendências tenha sido fonte de angústia para os republicanos portugueses. A república conservadora e elitista que se havia revelado a brasileira causava confrangimento àqueles a quem certamente pesava a ideia de desperdiçar o potencial mobilizador que o exemplo da *república irmã* podia exercer na opinião pública.

3 Demagogia *versus* pedagogia

Mesmo a demorada presença em Portugal de uma figura cimeira do republicanismo brasileiro como Assis Brasil (1895-1897), a visita de Campos Sales em 1898, ou a comemoração do quarto centenário da descoberta do Brasil em

1900, não serviram para alterar o cenário de uma espécie de deslembração reflexiva dos republicanos portugueses em relação à República Brasileira. Se é certo que houve muitas ocasiões – como todos os aniversários da República Brasileira – para expansivas celebrações republicanas – uma vez mais, tal não significou que se tivessem aproveitado esses momentos para perscrutar o exemplo do modelo político brasileiro.

Após 5 de Outubro de 1910, houve, de facto, diligências no sentido de se introduzir o exemplo da Lei da Separação brasileira no debate sobre o processo de laicização do Estado, mas esses esforços foram envidados por aqueles que se revelaram mais insatisfeitos com o tipo de Separação defendida pelo Governo Provisório português.

Na Constituinte de 1911, apesar de numerosas, as referências ao Brasil foram essencialmente de carácter superficial, sem que tivesse havido lugar para uma rigorosa e consistente discussão sobre o modo de funcionamento das instituições daquele país. A sua presença mais significativa terá sido no debate acerca da coordenação entre Executivo e Legislativo, acabando por o modelo brasileiro por ser usado como arma em auxílio daqueles que se debateram contra o projecto da Comissão da Constituição Política que redigiu o primeira proposta de constituição para ser discutida pela assembleia, acusando-o de ser presidencialista por reproduzir muitos artigos da Constituição brasileira de 1891.

Na verdade, tendo em conta o que vimos no ponto anterior (republicanismo reformista *versus* republicanismo refundador) a evocação do exemplo brasileiro estava destinada a ser infértil, porque as clivagens de fundo entre as duas concepções republicanas tolhavam as hipóteses de pedagogia. Para o projecto de revolução cultural do republicanismo português, fazer uma Separação à brasileira era impensável, descentralizar e diminuir o poder do parlamento era imprudente.

Mas a feição eminentemente demagógica do discurso dos republicanos portugueses sobre o Brasil não se deveu apenas a estratégia ou tacticismo políticos. Durante o período da propaganda, e mesmo depois de 1910, os republicanos apostaram claramente no tipo de legitimação simbólica da força política. O lugar do Brasil neste processo não foi despiciendo. As virtualidades da sua evocação alegórica souberam ser aproveitadas pela propaganda republicana:

em «aclamações populares» que, durante a Monarquia constitucional se fizeram à República nas pessoas dos representantes diplomáticos brasileiros; mas também na psicologia da comoção patriótica que se soube canalizar na direcção de uma escatologia republicana e que passou por um redimensionamento simbólico da nacionalidade portuguesa, implicando inevitavelmente o Brasil.

4

O luso-brasileirismo como discurso político e a colónia portuguesa no Brasil

O Brasil manteve-se pois sempre em contingente ambivalência no seio do discurso republicano: por um lado, como um incómodo modelo de uma república aristocrática e conservadora; por outro, como um exemplo fértil para explorar com fins propagandísticos.

A acentuar esta ambiguidade esteve ainda a existência da colónia portuguesa do Brasil. O apego das elites destes portugueses emigrados à Coroa foi mais uma frustração a juntar a outras que os republicanos portugueses tinham em relação ao Brasil. A situação não só embaraçava a propaganda – como convencer os portugueses que o regime político brasileiro era um exemplo a ser seguido, se os compatriotas que lá viviam se mantinham inabalavelmente fiéis à instituição monárquica? – como privava o movimento republicano do que poderia ser um precioso auxílio para a sua auto-promoção.

Como dissera Bernardino Machado depois do seu regresso do Rio de Janeiro em 1914, existia do lado de lá do Atlântico «outra nação portuguesa». Mas apesar de se apresentar como sugestivo exemplo de organização republicana, essa nação insistia em resistir à república.

Esta resistência ganhou proporções mais sérias depois de 1910, quando os *talassas* se assumiram como agentes activos da contra-revolução. O momento que é comumente evocado como o da apoteótica comunhão entre as duas repúblicas irmãs revelou-se um desafio complicado para a diplomacia do novo regime português.

Neste desafio, colónia portuguesa no Brasil e governo brasileiro constituíram-se como dois níveis distintos mas indissociáveis. Era impossível pensar num estreitamento de relações com o Brasil sem a colaboração da elite de emigrantes portugueses, que continuava a ter uma forte presença na política e na economia daquele país. O peso português na imprensa do Rio de Janeiro fazia com que a simpatia da opinião pública brasileira para com a nova República Portuguesa dependesse, no mínimo, da abstenção dos *talassas*.

Depois de sucessivas tentativas falhadas de doutrinação republicano, foi a aposta no discurso do patriotismo cultural a estratégia que revelou melhores resultados na harmonização entre colónia e governo portugueses. Neste ensejo, as vontades de estreitamento da amizade luso-brasileira impregnaram-se de nacionalismo e de consciência imperial, fazendo com que o discurso do luso-brasileirismo assumisse definitivamente um carácter político. Os *talassas* fizeram tréguas à República na latinidade. Participando na consolidação de um projecto de renovação nacional que implicava a cativação simbólica do Brasil e da sua própria gesta como emigrantes/novos colonizadores para a fundamentação da ideia de uma portugalidade difusa e conseqüentemente de um Portugal Maior.

